

DELIBERAÇÕES E BREVE RELATO
REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ
DA DÍVIDA
REALIZADA EM 24/10/2019

No dia 24/10/2019, realizou-se a reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, que deu cumprimento à pauta da convocatória, cujo resumo das deliberações está relatado a seguir.

- **ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DE “CRISE FABRICADA”**
- **REFORMA DA PREVIDÊNCIA E MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC nº 6/2019**
- **PROJETOS QUE APROFUNDAM O PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA**

Maria Lucia Fattorelli abriu a reunião agradecendo a presença de tantos colaboradores presentes, de vários estados e Núcleos, os quais têm construído e fortalecido a ACD.

A análise destacou a conjuntura de “crise fabricada” pela política monetária do Banco Central, que tem servido de justificativa para o avanço da pauta de interesse do mercado financeiro sob vários aspectos:

- Reforma da Previdência que destrói a Seguridade Social;
- PLP 459/2017 e PEC 438/2018, que visam “legalizar” esquema fraudulento que desvia arrecadação tributária e gera dívida pública ilegal. A PEC 438/2018 ainda flexibiliza a “Regra de Ouro” (para privilegiar o pagamento da dívida), desvincula o orçamento (para desviar recursos de áreas sociais para o pagamento da dívida), e até admite demissão de servidores;
- Privatizações em massa;
- MP 881, que aprofunda a reforma trabalhista;
- Cessão onerosa do petróleo PEC 98/2019;
- PLP 112/2019 (Câmara), PLP 19/2019 (Senado) entre outros que tratam da “independência do Banco Central, colocando-o acima de todos os poderes;
- Programa “Future-se” que leva a financeirização para as universidades;
- Leilão de Reservas Internacionais para pagar Swap Cambial;
- Liberação de terras indígenas para mineração;
- Liberação de agrotóxicos proibidos no mundo todo;
- Entrega da Base de Alcântara, etc.

Maria Lucia pediu atenção especial para a Campanha nas redes sociais

(<https://auditoriacidada.org.br/plp-459-2017/>) contra o Projeto de Lei Complementar 459/2017 (esquema da “Securitização de Créditos Públicos”, mecanismo fraudulento que desvia os impostos que pagamos para o pagamento de dívida ilegal gerada por esse esquema). **“GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS” OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA DIRETAMENTE DA**



ARRECADAÇÃO”, ressaltou. **Pediu que as entidades e voluntários(as) compartilhem mais assiduamente as publicações dessa campanha.**

Alertou para o fato de que o **PLP 459/2017** está no Plenário da Câmara, em regime de urgência, e a ACD tem feito intensa mobilização, distribuindo folhetos informativos diretamente aos deputados(as) nos corredores. **Pediu que as entidades e voluntários(as) que estiverem em Brasília se mobilizem para reforçar essa atividade presencial todas as terças e quartas-feiras, pois tem dado resultado!!!** Conseguimos adiar mais uma vez a votação desse nocivo PLP nesta semana. Por sua vez, a **PEC 438/2018** avança na CCJ e o relatório já foi apresentado, exigindo mais mobilização aí também.

O desvio de recursos está virando um MODELO DE NEGÓCIOS no Brasil, pois está presente na Securitização (que já funciona na PBH Ativos S/A, CPSEC S/A etc.), na cessão onerosa do petróleo (<https://bit.ly/2r5qyY5>) e também na Rio Previdência (<https://bit.ly/2Pz5HXb>).

Mencionou as impressionantes mobilizações no Chile, que decorrem principalmente das privatizações em massa e ausência de serviços públicos essenciais, alertando que está em curso no país o processo de privatizações de todas as estatais (Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, CEF, Casa da Moeda etc.).

Citou a intensa atuação da Auditoria Cidadã da Dívida contra a “Reforma” da Previdência (participação em centenas de eventos, distribuição de folhetos, publicações em redes etc.), destacando que não foram os argumentos técnicos que prevaleceram. Houve denúncia de planilhas falsas, argumentos falsos, compra de votos via liberação de emendas parlamentares e cargos, além de forte pressão do sistema financeiro, único beneficiário dessa contrarreforma.

A Reforma prejudica principalmente os mais pobres e também servidores públicos, sob a justificativa de que o país não teria dinheiro, ignorando que os mecanismos da chamada dívida pública (jamais auditada) consome muito mais recursos, como destacado nos diversos folhetos produzidos pela ACD.

Ressaltou o paralelo entre o trilhão que a PEC 6/2019 retira da classe trabalhadora e o trilhão que já foi destinado para remunerar a sobra de caixa dos bancos nos últimos 10 anos; além do R\$1,25 trilhão que poderá ser arrecadado com os projetos que tributam grandes fortunas e lucros distribuídos; os trilhões que poderão ser economizados com a realização da auditoria da dívida etc.

Maria Lucia apresentou resumos dos principais aspectos da PEC 133/2019 (Paralela), destacando a reabertura de prazo para opção pelo Funpresp, que não oferece garantia alguma aos seus participantes, pois a modalidade é de contribuição definida, ficando o rendimento futuro sob o risco do mercado financeiro, que está abarrotado de papéis podres.

Além dos diversos aspectos citados na apresentação (anexa), Paulo Lindesay ressaltou a ameaça ao Pacto Federativo no PLP 149/2019, e mencionou também a Lei Kandir (isenção de ICMS para o setor primário-exportador), que precisa ser revogada, pois já gerou prejuízos de centenas de bilhões de reais para os estados e aprofunda o modelo exportador de produtos primários.

A apresentação completa segue no arquivo em Power Point (anexo).

Ao final foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- Elaborar um documento cobrando do STF providências em relação à ADPF 59/2004, impetrada pela OAB, que pleiteia o cumprimento do art. 26 do ADCT (Auditoria da Dívida).

- Investir na popularização dos estudos da Auditoria Cidadã da Dívida. Para isso, foi formado um grupo para providenciar a elaboração de materiais populares, sugerir formas de atuação e organizar ações junto às bases – Coordenação de Ana Lucia (Núcleo Goiás). Componentes: Thiago, Pablo, Rui, Paulo, Lobão, Maria Lucia. O grupo já se reuniu após a reunião do Conselho Político. Outras pessoas que não puderam comparecer à reunião do Conselho Político e desejem integrar o grupo por favor entrar em contato com a secretaria da ACD (contato@auditoriacidada.org.br ou 61 21939731)
- Fortalecer a atuação dos núcleos locais da ACD, incentivando a realização de atividades. Foi solicitado o envio de informações sobre as suas respectivas atividades, para divulgação, pois cada realização sempre incentiva a atuação de outros núcleos.
- Prosseguir no trabalho Parlamentar. Conseguir mais pessoas para atuar no Congresso. Pediu que as entidades e voluntários(as) que estiverem em Brasília se mobilizem para reforçar essa atividade presencial todas as terças e quartas-feiras, pois tem dado resultado!!! Conseguimos adiar a votação do PLP 459 mais uma vez.
- Elaborar documento da ACD sobre a conjuntura. Coordenação do Rui (Núcleo RS). Componentes: Rodrigo, Rita, Bené, Laercio, Paulo, Amauri, Heraldo, Maria Lucia. Preparar uma minuta para circular no grupo e coletar as propostas. Outras pessoas que não puderam comparecer à reunião do Conselho Político e desejem integrar o grupo por favor entrar em contato com a secretaria da ACD (contato@auditoriacidada.org.br ou 61 21939731).
- Investir no debate sobre Dívida Ecológica que já foi iniciado pela ACD. Para isso, foi sugerido formar grupo de trabalho, entrar em contato com Prof. Fabio Sobral, Prof. Alexandre Costa e outros que possam auxiliar.
- Foi referendada a decisão da reunião anterior do Conselho Político (<https://bit.ly/2jY2oeE>) de realizar Campanha publicitária para denunciar a remuneração da sobra de caixa dos bancos, inspirada no folheto “Temos dinheiro sobrando para remunerar diariamente a sobra de caixa dos bancos?” (<https://bit.ly/2GQFvSR>). Maria Lucia informou que fez contato com várias agências e recebeu 3 propostas de orçamento. Foi formado um grupo de trabalho, na reunião anterior, para ajudar a coordenação nacional a desenvolver o conteúdo da campanha e contribuir com sugestões (formato, objetivos, período, ações etc.). Rodrigo irá enviar minuta de proposta de conteúdo da campanha para avançar a construção. As propostas de orçamento recebidas estão muito genéricas, mas já indicam que haverá um custo. Foram apresentadas propostas de abrir uma campanha de arrecadação específica para essa iniciativa, o que também poderá ser avaliado pelo grupo de trabalho.

- CURSO À DISTÂNCIA SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Maria Lucia ressaltou a importância do curso para a formação das pessoas e também para a manutenção da secretaria da Auditoria Cidadã da Dívida. A 4ª. Turma iniciou dia 30/09/2019 e a próxima turma será no início de 2020. Agradeceu à ANFIP pelo apoio na disponibilização da plataforma virtual para hospedar o Curso e pediu às entidades apoiadoras que divulguem e patrocinem seus filiados, pois é fundamental o conhecimento do Sistema da Dívida.

Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/> .

- DECISÃO JUDICIAL (1ª. Instância) DETERMINANDO A INSTALAÇÃO DE CPI NO CONGRESSO NACIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL <http://ow.ly/jnqE30lqdy>

Maria Lucia repassou a informação recebida do advogado Diego Cherulli, de que o Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao recurso apresentado pela ACD contra a derrubada da liminar que obrigava o Congresso a instalar a Comissão Mista prevista na Constituição.

Foi referendada a decisão de colher assinaturas no Congresso Nacional para instalação da CPMI, tendo sido deliberado que essa iniciativa pode integrar os objetivos da campanha publicitária contra a remuneração da sobra de caixa dos bancos, que é feita mediante a utilização de cerca de R\$1,5 trilhão de títulos da dívida interna atualmente!

Foi também sugerido reforçar a divulgação dos resultados da CPI da Dívida (realizada na Câmara em 2009/2010) e cobrar do Ministério Público o resultado das investigações e a propositura de ações jurídicas.

- DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Maria Lucia lembrou novamente a necessidade das pessoas e entidades fazerem doações à Auditoria Cidadã da Dívida. Doações podem ser feitas via PagSeguro <https://pag.ae/bhCDNmy>

- DIVULGAÇÃO DA CARTILHA CÍRCULOS BÍBLICOS “AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA: VAMOS FAZER?” PRODUZIDA PELA CNBB

Maria Lucia divulgou a Cartilha, uma importante ação da CNBB, que incorporou materiais da Auditoria Cidadã da Dívida, e está disponível em: <https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285>

Cumprida toda a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e participação de todos e todas, encerrando a reunião .

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail: contato@auditoriacidada.org.br,
www.auditoriacidada.org.br